

Diante da aprovação do substitutivo do PLC 29/17 pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, em 10 de abril, incluindo a Emenda n.º 11, uma nova onda de manifestações surgiu, a favor e contra o referido projeto.

A redação atual do substitutivo, que pode ir ao plenário do Senado para votação a qualquer momento, apresenta pontos controversos e que, certamente, podem distanciar o Brasil das melhores práticas internacionais, especialmente no tocante ao resseguro.

Desde a desmonopolização do resseguro, ocorrida através da Lei Complementar n.º 126/2007 e da regulamentação infralegal estabelecida, o mercado de seguros cresceu e caminhou sem nenhum tipo de sobressalto. Ao contrário disso, rapidamente se adaptou às novas práticas. O único ponto que poderia ser revisto, na atualidade, diz respeito à reserva de mercado aos resseguradores locais (40%), a qual foi estabelecida na ocasião, sem segredo algum, para que as ações do IRB não perdessem valor, especialmente em relação aos seus acionistas privados (bancos).

O recente processo de reforma do Código Civil, iniciado em setembro de 2023, por sua vez, acendeu a esperança em muitos profissionais do mercado de seguros nacional que o Capítulo XV – Seguros – poderia ser incluído nos trabalhos revisionistas. Através desse procedimento, ocorreria a equalização das discussões, aproveitando o diálogo das fontes, cujo padrão moveu os juristas encarregados do relevante trabalho. Tudo faz crer, todavia, que o PLC 29/17 atropelará essa possibilidade.

Diante desse quadro, este texto pretende apresentar algumas sugestões de alterações do referido Substitutivo ao PLC 29/17, de modo que o Brasil não sofra nenhum tipo de retrocesso. Utilizando a formatação de uma Emenda parlamentar, sugerimos o seguinte, justificando a indicação feita:

(...)

- >> Suprimir o Capítulo XI – RESSEGURO do Título I – Disposições Gerais – Artigos 58 a 63;
- >> Suprimir o Art. 73 ou dar-lhe nova redação;
- >> Dar nova redação ao Parágrafo único do Art. 129 do Substitutivo do Projeto de Lei da Câmara n.º 29, de 2017, nos termos a seguir, renumerando-se os demais dispositivos:

## **TÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS - CAPÍTULO XI - RESSEGURO**

**Art. 58 a 63** (suprimir)

**Art. 73 (suprimir) ou, alternativamente, dar nova redação:**

“Art. 73. Cabem exclusivamente à seguradora a regulação e a liquidação do sinistro, podendo o ressegurador participar da regulação, conforme as bases previstas no contrato de resseguro.”

**Parágrafo único do Artigo 129 (nova redação):**

“Parágrafo único. A seguradora, a resseguradora e a retrocessionária, para as ações, mediações e arbitragens promovidas entre si, em que sejam discutidos conflitos que possam interferir diretamente na execução dos contratos de seguro sujeitos a esta Lei, respondem no foro de seu domicílio no Brasil, salvo convenção em contrário prevista no contrato de resseguro.”

### **Justificação**

Esta Emenda exclui os contratos de resseguro do âmbito do PLC n.º 29/17, não só para igualar o Brasil no tratamento usual encontrado nos ordenamentos internacionais, mas também para estabelecer a necessária separação legislativa entre os dois tipos contratuais: seguros e resseguro.

O resseguro, por sua vez, já se encontra devidamente regulado através da Lei Complementar n.º 126/2007, não requerendo qualquer tipo de suplementação. Eventual medida contrária a essa dinâmica, assim como está prescrita no texto original e no Substitutivo do PLC n.º 29/17, desequilibra a ordem já existente na justa medida e sem que tenha havido qualquer sobressalto prejudicial às partes, desde a quebra do monopólio do resseguro no Brasil em 2007.

O mercado de seguros nacional se desenvolveu desde então e em perfeita harmonia com os mercados internacionais, não podendo sofrer nenhum tipo de ruptura, o que seria completamente disfuncional.

O contrato de resseguro, embora seja celebrado no Brasil e para a garantia suplementar dos interesses brasileiros, tem estreita relação com os mercados internacionais, justamente para cumprir o papel da pulverização dos riscos e das responsabilidades, sem comprometer um único país, uma vez sobrevivendo sinistros catastróficos ou mesmo diante da frequência de sinistros. Essa ordem é universalmente aceita e praticada pelos países livres e democráticos.

O resseguro, operado sob regras próprias em relação aos contratos de seguros diretos, tem como base fundamental a voluntariedade das partes celebrantes no que pertine à convenção das bases contratuais, ambas empresas profissionais do setor, não hipossuficientes e sabidamente paritárias.

Na doutrina especializada mundial, o resseguro tem como primeira fonte de Direito o próprio contrato, denominado por “contrato-lei”, justamente em razão das particularidades citadas. A intervenção desmedida e injustificável do Estado, notadamente na seara contratual e dos princípios fundamentais que regem o resseguro internacionalmente, desequilibra a harmonia existente, cuja sintonia extrapola o território nacional brasileiro.

O Brasil permaneceu apartado do mundo livre do resseguro de 1939 a 2007, cujo período não permitiu que as seguradoras se relacionassem diretamente com os resseguradores estrangeiros. O fechamento do mercado deixou de ampliar e de diversificar as bases contratuais, portanto, a oferta de capacidade de resseguro era única e igual para todas as seguradoras, cuja dinâmica não contribuiu para o aperfeiçoamento profissional do mercado de seguros local.

A igualdade de tratamento trouxe prejuízos aos consumidores de seguros. O Brasil ainda resente desse distanciamento, sendo que o mercado de seguros ainda tem um largo espaço para se desenvolver, diversificando e ampliando o leque de produtos de seguros aos brasileiros, cujo patamar só é alcançado com o livre comércio do resseguro, sem apegos nacionalistas descabidos e anacrônicos no setor.

Países latinos como Colômbia e Chile já experimentam essa internacionalização da atividade do resseguro de forma muito mais plena, sendo que o Brasil chegou mais recentemente nesse cenário de liberdade, em 2007. Apesar da reserva que se impôs, quando da desmonopolização, aos resseguradores que se instalassem localmente (não consideraram que a nacionalização de capital estrangeiro restringiria a oferta de capacidade de resseguro) e de modo indisfarçável para proteger o IRB-Brasil Re, que foi mantido no mercado, a abertura foi um marco decisivo e positivo para o País.

Este ponto da reserva aos locais, inclusive, se o Brasil de fato pretender se inserir no mundo globalizado e de forma aberta, precisa ser revisitado através de projeto de lei complementar, com o escopo de suprimir essa patologia ideológica existente. Qualquer tipo de retrocesso, nessa prática internacional, pode recolocar o mercado de seguros brasileiro num estágio de subdesenvolvimento, retirando-o do concerto harmônico entre os outros mercados internacionais, cujo movimento, sem dúvida, tem um destinatário principal a ser prejudicado: os consumidores de seguros, pessoas naturais e também os empresários.

As normas que foram determinadas pela Lei Complementar n.º 126/2007, no tocante às operações

de resseguro, repise-se, estão em conformidade com a prática internacional, sem qualquer necessidade de alteração. Não há o que se falar, inclusive, em “regramento complementar” e visando estabelecer medidas prudenciais no “período de transição” entre o monopólio do resseguro e a abertura, passados mais de 17 anos desde a promulgação da LC n.º 126/2007.

O mercado de seguros já se adaptou e sem qualquer sobressalto, repise-se. Ele só precisa continuar desimpedido de se expandir, deixando de ter amarras legislativas obsoletas, assim como algumas delas estão refletidas no PLC n.º 29/17.

Não são enfatizadas, nessa justificativa de alteração do PLC n.º 29/17, palavras de ordem como o possível desinteresse dos resseguradores internacionais no Brasil, dependendo do retrocesso da legislação vigente, na medida em que não se trata do motivo mais saliente.

Convém tão somente destacar o fato de que o Brasil precisa se manter alinhado aos mercados internacionais e de modo a extrair deles o que for melhor para os interesses brasileiros.

Segregação não alinha. Segregação não cria vantagens num setor de índole naturalmente internacional como é o de resseguro. O mercado de seguros brasileiro e não só os grandes riscos industriais e de infraestrutura precisam da capacidade ofertada pelos resseguradores internacionais, sem desconsiderar o fato de que eles assumem a maior parcela dos riscos.

Também os seguros massificados entram nessa dinâmica de interesses, de modo a equalizar os resultados financeiros das seguradoras, mantendo-as híidas perante a massa mutualística. O mercado de resseguro livre propicia, ainda, “know-how transfer” para os brasileiros. O resseguro, por fim, não precisa estar presente numa lei especial que trata dos seguros. Com essa exposição de motivos, contamos com o apoio dos nobres Senadores para a aprovação dessa Emenda, a qual recoloca o resseguro no seu devido lugar.

(18.04.2024)